

A Pesquisa e o Ensino das Ciências Humanas: Mudanças e Tendências

2



**Denise Pereira
Janaina de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)**

A Pesquisa e o Ensino das Ciências Humanas: Mudanças e Tendências

2



**Denise Pereira
Janaina de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)**

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico

Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais

Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo

Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas

Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia

Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases

Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil

Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita

Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí

Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora

Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé

Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo

Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária

Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná

Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina

Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College

Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social

Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe

Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A pesquisa e o ensino das ciências humanas: mudanças e tendências 2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P474 A pesquisa e o ensino das ciências humanas [recurso eletrônico] :
mudanças e tendências 2 / Organizadoras Denise Pereira,
Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena,
2020.

Formato: PDF.

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5706-221-0

DOI 10.22533/at.ed.210202207

1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. 2. Metodologia.
I. Pereira, Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula do.

CDD 001.42

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Um dos aforismos famosos do filósofo estóico romano Seneca é dizer que a pessoa quando ensina, aprende. De fato, a profunda relação entre ensinar e aprender é retomada, de tempos em tempos por diferentes pensadores de diversos países.

Essa preocupação se dá justamente por que, enquanto seres humanos estamos envolvidos, a todo momento com as distintas dimensões de ensinar e aprender e com a produção de conhecimento como um todo. Pensar, refletir aprender, são ações essencialmente humanas, momentos de construção de todo um escopo de experiências coletivas e individuais. Ainda que não esteja presente na frase de Sêneca do começo deste texto, outra dimensão nessa relação de ensinar e aprender é o ato de pesquisar. Não podemos dizer que a pesquisa figura exatamente como um “elemento oculto” do aforismo, (ou seja, que não é citado, mas está presente). Ainda assim, não é incorreto dizer que o ato de pesquisar é um sustentáculo de todo e qualquer ensino. De fato, não há ensino sem pesquisa, e não há pesquisa sem divulgação do saber o que é, de certa maneira, ensino.

A palavra pesquisa tem estado muito presente do nosso senso comum, nossa vida cotidiana, uma pesquisa pode envolver tanto a busca por menores preços, ou informações concretas para a tomada de uma decisão cotidiana qualquer, como também pode se referir a raciocínios e processos complexos e controlados em procedimentos substanciais de produção do conhecimento. Um modo de vida. Em comum, ambos os significados tem o fato de que a pesquisa é um elemento fundante da experiência humana. Na área de ciências humanas, as investigações feitas, como é da própria natureza da área, sempre existe um amálgama bastante presente entre pesquisa, seus métodos e paradigmas e o ensino. Neste sentido temos assistido, no século XXI uma mudança significativa. Se a sociedade muda e novas são suas demandas, aspirações e necessidades, muda também o entendimento dos diferentes fenômenos sociais e as exigências inerentes ao seu processo de ensino. Assim, no mundo em que vivemos com o crescimento do espaço ocupado pelo ambiente virtual, as demandas de conhecimento e do mercado de trabalho da atualidade, balizam mudanças constantes que visam entender esse movimento ininterrupto, suas transformações e tendências.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS INTERNAS DE DIFERENCIAÇÃO SOCIAL ENTRE OS MORADORES DO BAIRRO PROGRESSO – ERECHIM/RS	
Clovis Schmitt Souza Rubia Samanta da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2102022071	
CAPÍTULO 2	12
A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA PATERNA NO CICLO GRAVIDÍCIO-PUERPERAL	
José Salomão de Freitas Mesquita Ana Lizete de Souza Bastos Maria Eliane Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.2102022072	
CAPÍTULO 3	16
A NOTICIABILIDADE NO SITE DE MÍDIA INDEPENDENTE JORNALISTAS LIVRES	
Ana Carolina Brandão da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2102022073	
CAPÍTULO 4	29
CERIMONIAL RELIGIOSO: UMA ANÁLISE SOBRE ELABORAÇÃO DE EVENTOS RELIGIOSOS A PARTIR DE UMA FESTA DE CANDOMBLÉ EM ÁGUAS LINDAS DO GOIÁS	
Wdson Lyncon Correia de Oliveira Elissélia Keila Ramos Leão Paes Fabrício José da Silva Pontes	
DOI 10.22533/at.ed.2102022074	
CAPÍTULO 5	42
COMPROMISO DE LA ÉTICA AXIOLOGICA SUSTENTABLE PARA LAS NUEVAS GENERACIONES DE INGENIEROS QUIMICOS INDUSTRIALES	
Rebeca Teja Gutiérrez Edmundo Resenos Díaz Nidia López Lira	
DOI 10.22533/at.ed.2102022075	
CAPÍTULO 6	59
EDUCAÇÃO E SAÚDE: ANÁLISE DO PERFIL SOCIOCULTURAL DOS HÁBITOS ALIMENTARES E DA SAÚDE EM ADOLESCENTES DA PRIMEIRA FASE DE 10 A 14 ANOS	
Victor Hugo de Oliveira Henrique Viviane de Oliveira Henrique Dayane Tonaco Assunção Larissa Gabriela Araujo Goebel Kaique Alves de Souza Pedro Aurélio Tataira da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.2102022076	
CAPÍTULO 7	69
INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO E POLÍTICA DA JUVENTUDE À MATURIDADE DE SIMÓN RODRÍGUEZ	
Brennan Cavalcanti Maciel Modesto	
DOI 10.22533/at.ed.2102022077	

CAPÍTULO 8	81
O PAPEL DA CEAGESP NA COMERCIALIZAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE	
Larissa Oliveira Dionisio	
Antonio Nivaldo Hespanhol	
DOI 10.22533/at.ed.2102022078	
CAPÍTULO 9	94
O USO DA PLATAFORMA DIALOGA BRASIL COMO FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA E O FOMENTO AOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR: BREVES RESULTADOS OBSERVADOS	
Laercio José Peres dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.2102022079	
CAPÍTULO 10	113
PROJETO BARRAGINHAS NO NOROESTE DE MINAS GERAIS: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	
Elias Rodrigues de Oliveira Filho	
Natacha Souza John	
Rogério Leandro Lima da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.21020220710	
CAPÍTULO 11	129
PROPOSTA DE MÉTODO TÉCNICO PARA ESTUDO DESCRITIVO DE ABSENTEÍSMO POR LICENÇA MÉDICA DA UNESP, CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA	
Beatriz Garcia Lopes	
Joeder Aparecido da Silva Flores	
Renata Trasse de Oliveira Barbosa	
Rogério de Oliveira Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.21020220711	
CAPÍTULO 12	142
QUALIFICAR PARA PRESERVAR: UMA CONTRIBUIÇÃO FORMATIVA	
Haroldo Gallo	
Marcos Tognon	
DOI 10.22533/at.ed.21020220712	
CAPÍTULO 13	154
SUICÍDIO E TRABALHO CONTEMPORÂNEO	
Daniela Piroli Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.21020220713	
CAPÍTULO 14	165
SUSTENTABILIDADE SOCIAL COMO OBJETIVO INTERNACIONAL E TENDÊNCIA NAS LICITAÇÕES	
João Ricardo Vicente	
DOI 10.22533/at.ed.21020220714	
CAPÍTULO 15	176
THOMAS KUHN E O CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA: A RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE	
Luís Carlos Silva de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.21020220715	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	185
ÍNDICE REMISSIVO	186

SUSTENTABILIDADE SOCIAL COMO OBJETIVO INTERNACIONAL E TENDÊNCIA NAS LICITAÇÕES

Data de aceite: 01/07/2020

João Ricardo Vicente

<http://lattes.cnpq.br/2608940148063034>

RESUMO: Sustentabilidade é uma nova tendência sobre as compras públicas e desenvolvimento. O direito e as relações globais trazem para a ribalta temas como sistema democrático, liberdades e direitos humanos. O enfrentamento de problemas como as desigualdades constitui parte do desenvolvimento sustentável, sendo curial salientar o papel das liberdades individuais, ainda quando limitadas na seara das oportunidades sociais, econômicas e políticas. Este artigo objetiva realizar uma análise diagnóstica sobre projeções de novas formas de articulação política e jurídica entre os atores sociais na busca da construção do Estado Democrático de Direito.

PALAVRAS - CHAVE: Sustentabilidade; desenvolvimento; liberdade; políticas públicas.

ABSTRACT: Sustainability is a new trend over the public procurements and development. The law and the global relations bring to the stage themes as democratic system, liberties

and human rights. The facing of problems as inequalities, build part of the sustainable development, being crucial emphasizes the role of the individual liberties, even when limited in the area of social, economic and political opportunities. This article aims to accomplish a diagnostic analysis over projections from new ways of political and juridical arrangements among the social actors in the search for Democratic Law State construction.

KEYWORDS: Sustainability; development; liberty; public policies

No eixo temático Demandas Sociais e Políticas Públicas, identifica-se o problema de responder se existe uma Política Pública efetivamente organizada no Brasil, quanto ao tema da sustentabilidade social fomentada pelas contratações públicas em nível federal.

Nesse contexto, a agenda global dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS referente ao compromisso assumido pelos 193 Estados-Membros da Organização das Nações Unidas - ONU, a ser implementado até 2030, composto por dezessete objetivos e 169 metas, considera que tais ODS deverão orientar as políticas nacionais dos países que aderiram à agenda, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio -

ODM.

Dentre os ODS, destaca-se o Objetivo 12, que visa promover padrões sustentáveis de produção e de consumo, cujas metas relacionadas diretamente com a pesquisa são: Meta 12.2 (alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais) e Meta 12.7 (promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais).

A pesquisa teve por objetivo estudar as políticas públicas definidas em lei e em fóruns internacionais dentro do contexto da sustentabilidade social, econômica, dos direitos humanos e dos recursos ambientais. Assim, a necessidade de desenvolvimento econômico é fundamental para a criação de empregos e geração de renda para a população, partindo do pressuposto que a sustentabilidade é componente essencial das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e para sua efetividade.

Optou-se pelo método investigativo analítico-descritivo para estudo do objeto proposto sobre as projeções do tema e construção de uma leitura mais didática na compreensão de uma demanda exponencialmente crescente.

A hipótese é a de que para ampliar a eficiência das políticas públicas e promover o desenvolvimento econômico e social em âmbito local e regional seria insuficiente a edição de norma formal específica, como o Decreto 8.538/2015, restando evidenciada na conclusão a necessidade de serem criadas, nas estruturas dos órgãos e das entidades da Administração Pública, unidades de sustentabilidade com caráter permanente e compostas por servidores com atuação exclusiva e com perfil técnico apropriado.

Importante registrar que, entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015, mais de 150 líderes mundiais, dentre chefes de Estado e de Governo e altos representantes, estiveram reunidos na sede da Organização das Nações Unidas - ONU, em Nova York, para formalmente adotar uma nova agenda de desenvolvimento sustentável, através da consolidação de 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, a serem implementados por todos os países do mundo durante os próximos 15 anos, até 2030.

A partir do reconhecimento da erradicação da pobreza como o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, tal agenda busca também criar condições para um crescimento sustentável, inclusivo e economicamente sustentado, prosperidade compartilhada e trabalho decente para todos, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades nacionais.

Integrados e indivisíveis, e equilibrando as três dimensões do desenvolvimento sustentável, os objetivos e metas da Agenda 2030 foram resultantes de mais de dois anos de consulta pública intensiva e envolvimento junto à sociedade civil e outras partes interessadas em todo o mundo, incluindo o trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho Aberto sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral e pelas Nações Unidas, cujo secretário-geral apresentou um relatório síntese em dezembro de 2014.

Reiterando que a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas (além dos meios de implementação) são universais, indivisíveis e interligados, apresentam-se os seguintes objetivos globais:

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;

Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.¹

Vistas as políticas públicas como escolhas públicas, entende-se que as alternativas estatais exsurgem em meio ao dissenso, sua intuitiva premissa.

¹ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

Interessante notar que, mesmo na eventualidade de passarem despercebidas, as políticas são onipresentes no cotidiano:

A política se apresenta expressamente por meio de documentos, leis, declarações das autoridades públicas, ou implicitamente, através de ações governamentais e também de leis que, mesmo não anunciando expressamente tratar de políticas públicas, condicionam a efetivação delas. (DOMINGUES, 2012, p. 15).

Esse cenário é propício ao conflito, inclusive porque o mesmo diploma constitucional que explicita as políticas públicas a serem perseguidas também permite o controle da intervenção de poder (que densifique os objetivos constitucionais) com o fito de concretizar o dever de agir estatal (não exigível diretamente) para correção dos desvios de comportamento esperado.

Eventual sindicância e ingerência sobre o conteúdo exigível da Administração Pública ainda desafiam a superação de cláusulas de limitação endógenas, como a escassez de recursos, isonomia, separação das funções de poder etc. Outro pressuposto vocacional consiste na especialização funcional ou capacidade institucional para se evitar o risco de retrocessos decorrentes das decisões interventivas, quando da transposição da matriz do planejamento da política pública para as searas de controle:

Indiscutível é a especial carga que se confere ao elemento de coordenação dos esforços de ação do poder, seja nas suas relações internas, seja naquelas externas. No plano interno, cuida-se da prevenção contra uma Administração que, composta por órgãos desagregados, não encontre no planejamento em si, elemento suficiente a orquestrar as ações de cada qual de suas unidades organizacionais no sentido do alcance dos objetivos constitucionalmente traçados a articulação, portanto, entre as várias frentes de ação desenvolvidas por cada qual dos segmentos da Administração no cumprimento de seus misteres constitucionais, é elemento que reforça as potencialidades de geração de *outcomes* como desejados pela Carta de 1988 – mas exige instrumentos revestidos de um grau mínimo de vinculatividade dos órgãos e estruturas da Administração envolvidos. (VALLE, 2016, p. 76).

Ao encontro do clamor de acesso aos mercados pelo pequeno empresariado, o direito brasileiro contribuiu com alterações normativas na seara das licitações rumo à efetivação dos objetivos fundamentais do Estado brasileiro consubstanciados na redução das desigualdades sociais e da erradicação da pobreza e da marginalização.

Com o advento da Lei Complementar 123/06 (alterada em pela LC 147/2014), houve uma mudança no foco das contratações públicas: se antes traduziam seu objetivo de obter proposta mais vantajosa pelo prisma exclusivo do melhor preço, a licitação se transformou em instrumento de promoção de objetivos sociais, ao impulsionar desenvolvimento local e geração de emprego e renda na implementação do tratamento diferenciado aos pequenos empresários.

Essa política de viés redistributivo, através do direcionamento das licitações aos pequenos fornecedores, induz a gênese de arranjos locais, mormente em áreas de pouco desenvolvimento econômico, ampliando o conceito de vantajosidade para a sociedade:

Nessa chave, importa que a proposta mais vantajosa seja considerada aquela que

causa, direta ou indiretamente, o menor impacto negativo e, simultaneamente, os maiores benefícios econômicos, sociais e ambientais. À vista desse conceito, o sistema de avaliação de custos terá de ser reformulado, de molde a incluir o cálculo de custos indiretos e as considerações de adaptação, precaução e de prevenção, ao lado de projetar dispêndios futuros em função de previsíveis impactos deletérios das decisões administrativas. (FREITAS, 2013, p. 231).

Com o objetivo de ampliar a eficiência das políticas públicas, incentivar a inovação tecnológica e promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional foi editado o Decreto 8.538, de 6 de outubro de 2015, que regulamentou o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado tratamento para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

Com a escolha expressa nas normas jurídicas, visando segurança e previsibilidade, órgãos e as entidades contratantes sempre deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Além disso, nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízos para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Assim a reserva de cotas abre uma janela aos desprovidos de condições econômicas para competir (no critério menor preço) com os grandes fornecedores, únicos detentores dos meios de produção em escala.

Por sua vez, se concebida como compromisso social, a expansão da liberdade individual constitui fim e meio do desenvolvimento, que se instrumentaliza tanto no aspecto social (via serviços) como econômico (das oportunidades) e político (das liberdades), donde recrudescer a importância das instituições na qualidade de transformadoras dos indivíduos receptores de prestações em agentes de mudanças através de políticas econômicas e sociais fomentadas por debates públicos veiculadores dos câmbios sociais. Nos comentários de Justen Filho:

Uma questão relativamente ultrapassada mas que merece exame envolve o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. Anteriormente, pretendia-se possível diferenciar ambos os conceitos. Então, pensava-se possível centrar o desenvolvimento na dimensão econômica. Mas esse enfoque é insuficiente. O desenvolvimento consiste num processo de incremento de riqueza acompanhado da elevação da qualidade de vida. Nenhum país é desenvolvido simplesmente por ser titular de um PIB elevado. (JUSTEN FILHO, 2016, p. 101).

Ao invés de identificado com o crescimento do produto interno bruto, aumento das rendas pessoais, industrialização, avanços tecnológicos ou modernização social, o desenvolvimento pode também ser concebido como um processo integrado de expansão das liberdades individualmente desfrutadas. Isso porque:

O PIB (Produto Interno Bruto) tem sido tomado como referência de desenvolvimento de um país ou de uma região, mas a crítica generalizada está mais e mais recusando este indicador por tomar apenas em conta os bens materiais, portanto, o crescimento, e descuidar outras dimensões que estão presentes no desenvolvimento integral do ser humano e da sociedade. (BOFF, 2015, p. 140).

Além das determinantes supracitadas, os direitos humanos e políticos, bem como as instituições sociais e econômicas, contribuem de maneira vital para a expansão das liberdades fundamentais.

Justificando a necessidade de indicador socialmente sustentável para medir a criação de riqueza e o bem estar individual de maneira mais precisa do que o convencional Produto Interno Bruto (PIB) e apontando para o Índice do Bem Estar Econômico Sustentável (IBES) bem como o Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH), observa Elkington:

Até muito recentemente, economistas e empresários pensavam em “qualidade de vida” e “padrão de vida” como sendo a mesma coisa. Mas não o são. De fato, a transição para a sustentabilidade necessitará de uma mudança de paradigma pós-1945, com base em objetivos de quantidade, para um paradigma do século 21, com base cada vez mais na qualidade de vida observada. (ELKINGTON, 2012, p. 133).

No entanto, a vitória do desenvolvimento exige a erradicação de vários inimigos: pobreza e tirania, escassez de oportunidades econômicas e privações sociais sistemáticas, abandono dos serviços públicos e intolerância ou excesso de intervenção estatal repressiva. Quanto à pobreza:

Deter o crescimento econômico é condenar os pobres a serem eternamente pobres. Mas deixá-lo, por outro lado, à sorte dos interesses corporativos é condenar a humanidade a uma vida curta. É necessário que ocorra crescimento, com respeito aos limites impostos pelo sistema jurídico e pela própria natureza: atende-se o fim da ordem econômica, que é assegurar a todos existência digna, e o da proteção ambiental, que é garantir sadia qualidade de vida por meio do meio ambiente ecologicamente equilibrado. (MARQUES, 2011, p. 85).

O progresso somente pode ser valorado em função do aumento da liberdade dos indivíduos, enquanto a eficácia do desenvolvimento depende da liberdade de suas agendas, particularmente aferível nas interconexões entre os diversos tipos de liberdades que se reforçam reciprocamente, até constituir um motor do desenvolvimento.

Os mecanismos institucionais para aproveitamento das liberdades individuais também dependem do exercício das liberdades de participar nas decisões sociais e na elaboração das decisões públicas que impulsionam o progresso das oportunidades, porquanto componentes constitutivos do desenvolvimento.

Um exemplo da relevância da concepção da liberdade como finalidade do desenvolvimento pode ser visto sobre o papel desempenhado pelos mercados no processo de desenvolvimento, na medida em que o intercâmbio de bens faz parte do modo humano de viver e de se inter-relacionar em sociedade.

Por outro lado, a denegação da liberdade para participar no mercado de trabalho consiste em uma das maneiras de manter os indivíduos como cativos ou escravos, sendo

um dos desafios fundamentais do desenvolvimento a necessidade de liberar o trabalho dos grilhões que negam acesso ao mercado de trabalho aberto. Dessa forma, a negação de acesso aos mercados de produtos constitui uma das privações que sofrem os pequenos empresários por causa de sistemas e restrições tradicionais, sem olvidar que a liberdade para realizar intercâmbios econômicos desempenha um papel essencial na vida social. Eis que:

Em última instância, a forma como se estruturam as sociedades se dá pelo pensamento, pelos desejos e ações daqueles que as compõem. Acompanhando o pensamento de Renato Caporali, autor de *Ética e educação*, podemos argumentar que uma das razões de termos chegado aonde chegamos – e aí insistirmos em permanecer –, é a ausência da alteridade na cultura moderna. Vivemos em um tempo no qual os interesses individuais estão à frente dos interesses do outro. Perdemos a noção de existência coletiva. Não se trata somente de responsabilizar o mundo, mas de saber se estamos dispostos a novas formas de viver. (BORGES, 2016, p. 316).

Embora seja difícil imaginar um processo de desenvolvimento muito descolado dos mercados, a vida humana pode ser enriquecida também através do papel da legislação, da intervenção estatal e de ajuda social, e de instituições como partidos políticos, sistemas de educação e as oportunidades de diálogo e debates públicos.

Posto o perímetro jurídico, resta aferir se a prática corresponde ao desenho teórico. Assim, foram expostos alguns dos achados da auditoria operacional realizada pelo TCU, em 2017, em dezenas de órgãos federais, onde se investigou a relevância da governança na implementação efetiva da política pública e se avaliou o grau de sustentabilidade diagnosticado.

Os ODS também foram adotados pelo Tribunal de Contas da União, como indicadores para auditorias temáticas feitas pelo órgão, como será visto mais adiante, na análise da auditoria operacional no Acórdão TCU 1056/2017-Plenário, cumprindo frisar dois pontos, relativos à temática da sustentabilidade nas iniciativas da ONU:

A agenda global dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS referente ao compromisso assumido pelos 193 Estados-Membros da ONU, a ser implementado até 2030, composto por dezessete objetivos e 169 metas, considera que tais ODS deverão orientar as políticas nacionais dos países que aderiram à agenda, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

E dentre os ODS relacionados ao tema dessa auditoria operacional, cabe destacar o Objetivo 12, que visa promover padrões sustentáveis de produção e de consumo, cujas metas relacionadas diretamente com o trabalho são: Meta 12.2 (alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais); Meta 12.5 (reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso); e Meta 12.7 (Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais).

A seu turno, a governança pública foi definida pelo Decreto nº 9.203, de 22 de

novembro de 2017, como conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Para análise das Deficiências de atuação no nível central de governo foi utilizado o Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas do TCU², levando em consideração quesitos relativos a Institucionalização; Capacidade Organizacional e Recursos; Coordenação e Coerência; e Monitoramento e Avaliação, relativos às ações governamentais nas políticas públicas relacionadas à promoção da sustentabilidade.

Tal referencial foi aprovado pela Portaria TCU 230/2014, para ser observado pelo Tribunal de Contas da União nas ações de controle e de melhoria de processos que tratem direta ou indiretamente do tema governança, cujas falhas dificultam o alcance dos objetivos propostos para a política de sustentabilidade.

No tópico sobre a institucionalização da política de sustentabilidade na Administração Pública Federal, a auditoria do TCU verificou em que medida a política pública foi institucionalizada formal e adequadamente por meio dos necessários normativos, sendo apuradas duas principais falhas: lacunas de competências necessárias na legislação correlata e inexecução de competências previstas.

Aferiu-se que mais de 73% das instituições avaliadas pelo questionário aplicado na auditoria possuem unidade formalmente designada na promoção da sustentabilidade, conforme orientação do art. 6º da IN 10/2012 SLTI/MP.

Imprescindível é que tais unidades sejam previstas com caráter permanente nas estruturas dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal e compostas por servidores com atuação exclusiva e perfil técnico apropriado aos assuntos pertinentes.

CONCLUSÕES

Aferiu-se o suporte teórico da licitação como política pública constitucionalizada implementadora de ações estatais destinadas a promover o princípio da isonomia, a proposta mais vantajosa ao interesse público e o desenvolvimento nacional sustentável. Verificou-se que este último objetivo foi concebido no exterior, demonstrando a correlação entre interesses internacionais e domésticos.

Viu-se, na mesma trama, que a pactuação da agenda visando o desenvolvimento de políticas nacionais estratégicas para estimular mudanças nos padrões insustentáveis de produção e consumo não nasceu de um modelo racional (verticalizado) de ator estatal único, mas sim de uma dinâmica pluralista e cooperativa (não verticalizada) com diálogo perene e repartição de responsabilidades. Doutrinas oriundas da Economia e das Relações Internacionais possibilitaram (re)construir um sentido de desenvolvimento social, que transcende o reducionismo ambiental-econômico e alcança uma sustentabilidade

² <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A15232A37901529D144765541F>

multidimensional reconfiguradora da lógica de sistemas disjuntivos e indutores de desvios cognitivos.

Compreendidos os contextos, foram estudados textos normativos que densificam os objetivos priorizados pela Lei Fundamental de 1988 e fornecem supedâneo às ações estatais concretizadoras da sustentabilidade social através das contratações públicas, evidenciando o incrementalismo na implementação das políticas de compras sustentáveis.

Ao final da jornada, analisaram-se os dados decorrentes da auditoria operacional realizada em 2017 pelo TCU, destinada a aferir o grau de sustentabilidade em diversos órgãos federais, e constatou-se que, não obstante os avanços normativos intensificados desde 2010, a política pública de sustentabilidade nas compras públicas (com fundamento de legalidade reforçado pela novel redação do art. 3º da Lei 8.666/93), malgrado estruturada, ainda apresenta resultados distantes do sistema desejado, quase se aproximando a um conjunto de ações deficientemente articuladas pelo órgão central.

No entanto, após a publicação do Acórdão TCU 1056/2017-Plenário, também foram percebidas mudanças normativas e sobre a gestão, o que demonstra a relação de causa e efeito entre a decisão do tribunal e seu impacto no ciclo da política, cujo resultado se nota incremental.

Igualmente restou evidenciado que um isolado dirigismo normativo é insuficiente para transformar a realidade no sentido do dever-ser. A seu turno, indicando criteriosamente a justa medida da intervenção sobre o desempenho operacional, instrumentos de fiscalização bem manejados, como auditorias e monitoramentos, são fundamentais para prevenir e (re)orientar a gestão acerca de suas omissões e desvios cognitivos.

As deficiências de múltiplas ordens na percepção de cada gestor acerca do cumprimento das normas de sustentabilidade, consoante respostas auferidas nos questionários, sugerem que as falhas comunicacionais despontadas nos achados precisam ser priorizadas para que o atendimento a demandas cada vez mais complexas sejam compreendidas numa visão sistêmica.

Resultados evidenciados em dados podem prevenir a formação de equivocados preconceitos manifestados em discursos contaminados por desvios cognitivos. Supedâneo teórico e experiência prática não são lógicas antitéticas, mas elementos que interagem em sinergia para o incremento da qualidade na produção de conhecimento e transcendem o potencial patente no quantitativo de informações atualmente existente.

Para sensibilizar e capacitar a força de trabalho é imprescindível a criação dos núcleos de sustentabilidade nas estruturas permanentes da Administração Pública Federal, sendo louvável a valorização das composições das comissões de sustentabilidade por profissionais técnicos e com dedicação exclusiva para enfrentar o tema. Por outro lado, essas exigências podem configurar gargalos, no cenário brasileiro, em que novas tarefas não raramente significam acúmulo de trabalho e, por isso, incentivos perenes são importantes para fomentar uma cultura de composição ao invés de imposição por

comando e controle.

Nesse ponto, governança, planejamento e boas práticas se apresentam como soluções transversais que precisam ser semeadas e bem cultivadas por períodos geracionais para obtenção de otimizados *outcomes*.

A instabilidade política e consecutória rotatividade de gestores intuitivamente reverbera na solução de continuidade da implementação das políticas públicas, explicando o ritmo lento de boa parte das mudanças, além do fato de que mudanças, em si, geram medo e resistência sobre a sensação de segurança em setores interessados na manutenção do status situacional.

Entender sustentabilidade como moldadora de um desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente responsável, constitui premissa fundamental para assimilação das experiências realizadas, avanço sobre os erros diagnosticados (reducionistas, concentradores de renda etc.) e concretização dos objetivos fundamentais republicanos através de políticas centradas no elemento humano com digno direito de viver e com dever de cuidar do planeta que nos acolhe.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Sidney. **As licitações públicas e o Estatuto Nacional das Microempresas**. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

BITTENCOURT, Sidney. **Licitações sustentáveis: o uso do poder de compra do Estado fomentando o desenvolvimento nacional sustentável**. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BORGES, Ana Maria Castro. **Critérios de sustentabilidade nas contratações da justiça do trabalho**. In: VILLAC, Teresa; BLIACHERIS, Marcos Weiss SOUZA, Lilian Castro de (Coord.). *Panorama de licitações sustentáveis: direito e gestão pública*. Belo Horizonte: Fórum, 2016. p. 311-332.

Brasil. Tribunal de Contas da União. **AUDITORIA OPERACIONAL. AVALIAÇÃO DAS AÇÕES ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL EM RELAÇÃO AO USO RACIONAL E SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS NO ÂMBITO DO SETOR PÚBLICO. DETERMINAÇÕES. RECOMENDAÇÕES. ACÓRDÃO Nº 1056/2017 – TCU – Plenário TC 006.615/2016-3**. Ministério de Minas e Energia (MME); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG). Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho. Acórdão de 24 de maio de 2017. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/acoes-de-sustentabilidade-na-administracao-publica-ainda-sao-insuficientes.htm>>. Acesso em: 31.12.2017.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CHRISPINO, Alvaro. **Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

DOMINGUES, Eduardo Garcia Ribeiro Lopes. **Municipalismo e política urbana: a influência da União na Política Urbana Municipal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

DYE, Thomas R. **Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas**. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Org.). *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

ELKINGTON, John. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2012.

FREITAS, Juarez. **O controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais**. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos, 2013.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 3 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

HOLMES, Stephen; SUSTEIN, Cass. **The cost of rights: why liberty depend on taxes**. New York, London: W. W. Norton & Company, 1999.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 17 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

LINDBLOM, Charles E. **Muddling through 2: a ubiquidade da decisão incremental**. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Org.). *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

MARQUES, José Roberto. **O desenvolvimento sustentável e sua interpretação jurídica**. São Paulo: Editora Verbatim, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SUNDFELD, Carlos Ari. **Contratações públicas e seu controle**. São Paulo: Melhoramentos, 2013.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. **Políticas públicas, direitos fundamentais e controle judicial**. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afastamentos 129, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 159
América Latina 44, 69, 73, 79
Artes Integradas na Arquitetura 142

C

Canais de Participação 94, 95, 96, 97, 98, 109
CEAGESP 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92
Ciclo Gestacional 12
Circuitos Espaciais 81, 82, 85, 89, 90, 91, 92
Comercialização 81, 82, 83, 84, 85, 86
Comunicação Pública 94, 95, 96, 97, 98, 109, 111, 112
Cuidados 12, 13, 14, 91, 131, 182

D

Desarrollo Sustentable 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58
Desenvolvimento Regional 113, 114, 115, 124, 125, 126, 127
Dialoga Brasil 94, 95, 98, 99, 102, 103, 105, 106, 108, 109, 110, 111
Diferenciação Social 1, 7
Disputas Simbólicas 1, 9, 10
Doença 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 156, 158

E

Educação Natural 69
Educação Popular 69, 75, 76, 80
Espaço Urbano 1
Estratégias Didáticas 142

F

Formação Profissional 142, 143

H

Hierarquização 1, 3, 8, 10, 157
Hortifrutigranjeiros 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92

I

Ingeniero Químico Industrial 42, 48

J

Jornalismo 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28

Jornalistas Livres 16, 17, 22, 23, 24, 25, 26, 27

M

Meio Ambiente 113, 118, 123, 125, 126, 127, 128, 170, 174

Metodologia 33, 34, 39, 40, 41, 61, 79, 115, 129, 131, 133, 137, 138, 139, 140, 146

N

Noticiabilidade 16, 18, 21

P

Paternidade 12, 14, 15

Política 10, 20, 24, 32, 54, 69, 70, 71, 73, 75, 77, 79, 80, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 108, 109, 110, 111, 118, 125, 127, 128, 130, 131, 133, 139, 154, 160, 162, 163, 165, 168, 171, 172, 173, 174

Produção 2, 5, 6, 7, 8, 10, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 37, 38, 74, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 99, 100, 101, 103, 104, 111, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 123, 126, 128, 132, 140, 154, 156, 159, 160, 161, 166, 167, 169, 171, 172, 173

Projeto Barraginhas 113, 114, 115, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127

R

Restauro Arquitetônico 142, 147, 153

S

Sustentabilidade 113, 114, 115, 116, 122, 123, 126, 127, 128, 130, 152, 154, 162, 165, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 175

V

Valores 16, 19, 20, 30, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 55, 56, 60, 86, 109, 134, 144, 145, 158, 177, 178, 181, 182, 183

Valores-Notícia 16, 19

A Pesquisa e o Ensino das Ciências Humanas: Mudanças e Tendências

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

A Pesquisa e o Ensino das Ciências Humanas: Mudanças e Tendências

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020